

Práticas para o acolhimento e desenvolvimento das competências comunicativa e linguística de haitianos à cultura brasileira ao português do Brasil(*)

1

Umberto Euzebio (**)
Ludmyla Nellen Rocha Barros (***)
Natália Marques Honorato Alencar (***)
Eduardo Melo Rebouças (***)
Lucas Bandeira de Araújo (***)

Resumo

Atualmente o Brasil tem recebido um grande fluxo de cidadãos do Haiti em decorrência da instabilidade política e mais ultimamente devido ao terremoto que assolou aquele país. No Distrito Federal, a partir de 2012 entrou um grande número de haitianos, chegando inicialmente como refugiados e posteriormente adquirindo status de imigrantes legais. São em sua maioria homens entre 20 e 40 anos com diferentes níveis de instrução, pertencentes a diferentes grupos religiosos, com a característica comum de não terem conhecimento da língua portuguesa e da cultura brasileira, o que tem dificultado principalmente a inserção no mercado de trabalho. Diante desta realidade este trabalho teve como objetivo acolher e preparar a partir do desenvolvimento da competência comunicativa em português, estes novos cidadãos para a sua inserção ao mercado de trabalho utilizando de práticas transdisciplinares. Estas atividades consistem em oficinas de integração das diferentes áreas do conhecimento a partir de temas transversais. Desta forma procura-se um desenvolvimento sustentável de inclusão na sociedade promovendo conseqüentemente a competência comunicativa e a competência linguística ressaltando a importância da língua falada como prática social, neste caso, na inserção no mercado de trabalho. A pesquisa dialoga por meio de oficinas com diferentes áreas como educação, saúde, assistência social, meio ambiente e, em particular o trabalho e os direitos do cidadão imigrante conforme consta na publicação da UNHCR/ACNUR para o reconhecimento dos direitos humanos e justiça social.

Palavras-chaves: educação, imigrante, migração, Haiti.

Atualmente o Brasil tem recebido um grande fluxo de cidadãos do Haiti em decorrência da instabilidade política e, mais ultimamente, devido ao terremoto que assolou aquele país. No Distrito Federal, a partir de 2012, entraram por volta de 150 haitianos, que chegaram inicialmente como refugiados e posteriormente adquiriram status de imigrantes legais. Instalaram-se por todo o Distrito Federal e em particular na Região Administrativa do Varjão. São em sua maioria homens entre 20 e 40 anos com diferentes níveis de instrução, com a característica comum de não terem conhecimento da língua portuguesa e da cultura brasileira, o que tem dificultado principalmente a inserção no mercado de trabalho. Esses dados também estão de acordo com estudos sobre haitianos em Manaus por Fernandes; Milesi e Farias, (2011). Segundo Cunha, (2012) “O Brasil concedeu visto de permanência a centenas de cidadãos haitianos que migraram em razão do terremoto ocorrido em 2010. Sob o inédito

* Trabalho apresentado no VI Congresso da Associação Latino-americana de População, realizado em Lima - Peru, de 12 a 15 de agosto de 2014.

** Universidade de Brasília – Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares – umbertoeuz@gmail.com

*** Universidade de Brasília – ludmylanellen17@hotmail.com

fundamento de assistência humanitária.” Desta forma o Brasil assume responsabilidades em parceria com o ACNUR oferecendo proteção e assistência às pessoas de forma imparcial sem distinção de raça, sexo, religião ou opinião política. (UNHCR/ACNUR, s.d.)

Partindo dessa realidade, tornam-se necessárias medidas de acolhimento inclusão desses novos cidadãos à sociedade, à cultura brasileira e ao mercado de trabalho. Sendo assim, o ponto de partida para este projeto segue as recomendações encontradas em Almeida Filho e Cunha (2007) que combinam eventos macro e micro da realidade social desse segmento populacional incluindo a sua trajetória de vida à nova realidade. Para tanto, a opção de trabalho foi utilizar de ferramentas indicadas no Fórum de pró-reitores de extensão, envolvendo os eixos saúde, educação, trabalho, meio ambiente, comunicação, direitos humanos, cultura e comunicação como forma de acolhimento. (FORPROEX, 2001)

Para a efetivação desse trabalho, houve necessidade de integração das diferentes áreas do conhecimento envolvendo práticas interdisciplinares e, para isso foi indispensável a definição por se trabalhar com temas transversais. Sobre esse aspecto, Moita Lopes (2009) afirma termos muita dificuldade de compreender o outro. E é justamente por esse aspecto que enfatiza sobre a necessidade de uma ação transdisciplinar e não, apenas pelo aspecto interdisciplinar, que envolva o interesse e respeito pela voz do outro, por ouvir o que outro está dizendo, com a finalidade de analisar como suas ideias coadunam com as perspectivas em questão. Porém, por outro lado, a transdisciplinaridade, apesar de ser um processo praticamente impossível de se investigar ou desenvolver uma pesquisa independente, exatamente por apresentar a característica de ser transversal dificulta a especificidade, portanto a solução para o problema seria justamente a transversalidade.

Neste sentido é interessante que, como afirma Escobar (2010), é preciso ultrapassar o campo interdisciplinar, tendo como objetivo superar a setorização do conhecimento, e, sendo assim, Nicolescu (1999) afirma que o crescimento dos conhecimentos em nossa época torna legítima a questão da adaptação das mentalidades a estes saberes.

No processo de formação da cultura brasileira ocorreu e ainda está ocorrendo a interação de diferentes povos e grupos sociais que resultam em uma grande miscigenação, formando uma realidade cultural peculiar, que inclui aspectos das diferentes culturas. Essa diversidade da realidade cultural cria uma forma específica de vida que passa a ser uma característica do povo brasileiro. Ao mesmo tempo em que a diversidade amplia os horizontes, ela também se fecha como forma de segurança e proteção de cada grupo específico. Em Bauman (2001) é afirmado que devemos nos emancipar, porém, para haver uma efetivação concreta, é necessário se ter esse desejo ou ainda que se queira essa transformação, o que não é um processo simples devido à falta de subsídios para a libertação dessa sociedade complexa. A sociedade e a comunidade são agentes transformadores desse processo, porém somente o são se houver consciência da existência desse potencial.

Isso poderia ser aplicado na área de saúde, pois o difícil acesso à saúde no Brasil torna-se uma constante, sobretudo entre as populações mais carentes e continua presente no dia-a-dia da sociedade. Algumas atitudes efetivadas pela própria comunidade, porém, podem contribuir para a melhoria da saúde e da qualidade de vida local. O hábito de higiene, individual e coletiva (abrange-se aqui o tema meio ambiente) pode prevenir muitas doenças comuns em regiões carentes, e a conscientização da importância de uma alimentação saudável, utilizando produtos acessíveis a todos, também tem papel importante nessa questão. Questões básicas como essas paradoxalmente confrontam com situações como as afirmações de Castells (2011) “o progresso da engenharia genética cria a possibilidade de ação com os genes, tornando a espécie humana capaz não apenas de controlar algumas doenças, mas de identificar predisposições biológicas e nelas intervir, portanto alterando potencialmente o destino genético.” É necessário que haja participação da comunidade como forma de se compreender processos críticos como esses enfatizados por Castells.

A proposta é um desenvolvimento sustentável de inclusão na sociedade que promove, conseqüentemente, a competência linguística e comunicativa, ressaltando a importância da língua falada como prática social conforme enfatiza Moura, (2006) ao explicar sobre língua falada, língua escrita e ensino.

Para se planejar um desenvolvimento ambiental sustentável, com a promoção de saúde, qualidade de vida, cidadania e competência comunicativa, é necessária a integração entre as cinco diferentes dimensões que estão em torno do que é sustentabilidade.

Sustentabilidade social, fundamentada e orientada para a visão de uma boa sociedade, construindo uma civilização com maior equidade.

Sustentabilidade econômica, possibilitada por uma gestão mais eficiente dos recursos e por um fluxo regular do investimento público e privado. A eficiência econômica deve ser avaliada por critérios macrossociais, não apenas em termos da lucratividade microempresarial.

Sustentabilidade ecológica, que pode ser incrementada pela intensificação do uso dos recursos potenciais com um mínimo de dano aos sistemas; limitação do consumo de combustíveis fósseis e de outros produtos esgotáveis ou ambientalmente prejudiciais; redução da poluição; limitação do consumo material pelos países ricos; intensificação da pesquisa de tecnologias limpas; definição de regras para uma adequada proteção ambiental.

Sustentabilidade espacial, voltada para um equilíbrio urbano-rural, com melhor distribuição territorial de assentamentos humanos e atividades econômicas.

Sustentabilidade cultural, que busca o ecodesenvolvimento em uma pluralidade de soluções, respeitando as especificidades de cada ecossistema cultural local. Assim, o planejamento ou experiência deve ser confrontado com a sua extensão, para então avaliarmos as dimensões conceituais de sustentabilidade que enxerga a realidade do embate entre capitalismo e meio ambiente. (Sachs, 1993)

Com relação aos direitos humanos e justiça social, o projeto busca dinamizar e dialogar com diferentes áreas, como educação, saúde, assistência social, meio ambiente e, em particular, com o trabalho e os direitos do cidadão imigrante conforme consta na publicação da UNHCR/ACNUR. Esses dados também contemplam os oito eixos da extensão estabelecidos no fórum de pró-reitores de extensão. Dessa forma, no que tange à saúde, é fundamental que os temas transversais estejam voltados para o bem-estar social integral conforme definições da Organização Mundial da Saúde, envolvendo inclusive o lazer. De acordo com o FORPROEX, (2007), promover a autonomia e a sustentabilidade com relação às tecnologias sociais que melhorem a qualidade de vida, incentive a cooperação, o empreendedorismo para gerar renda e o desenvolvimento econômico sustentável, inclusive com a capacitação de mão-de-obra ligada ao comércio de bens e serviços.

O início da vida em um novo país, para os imigrantes, apresenta enormes desafios de adaptação que se manifestam em diversas áreas: cultural, social, profissional, política, econômica, entre outras dimensões. São vários os obstáculos que devem ser superados para garantir uma vida cidadã no novo país.

Neste conjunto de desafios, um ponto fundamental é o aprendizado do novo idioma, pois este representa um pré-requisito essencial para o cotidiano, para a comunicação básica, para a integração na sociedade e no mercado laboral. Sem o domínio da língua, o imigrante está impossibilitado de resolver as mínimas questões da vida cotidiana, afetando profundamente sua autonomia, liberdade, segurança e dignidade.

Desse modo, o ensino de Português para imigrantes do Haiti no Brasil mostra-se como necessidade básica, de real importância para a inserção desses indivíduos e cidadãos na sociedade, comunidade e no país, de forma a proporcionar-lhes condições de acesso aos recursos para uma vida digna.

Neste contexto, o Instituto de Migrações e Desenvolvimento Humano (IMDH) se

propôs na busca de viabilizar várias atividades voltadas aos imigrantes haitianos desde a orientação e providências da documentação para a legalização no país, até encaminhamentos para o mercado de trabalho e para o aprendizado da língua portuguesa.

O objetivo deste trabalho foi conhecer as características desse imigrante e favorecer a eles o ensino e o aprendizado da língua portuguesa ou contribuir para esse processo por meio de oficinas interdisciplinares para sua inserção social, laboral e cultural no país. A finalidade principal foi introduzir esses imigrantes na cultura brasileira utilizando a língua portuguesa como meio de comunicação oral. Para isso, foram abordadas situações do dia-a-dia e do ambiente de trabalho com a introdução vocabulários e habilidades comunicativas, demandadas pelos próprios haitianos, favorecendo o uso do português assim como forma de comunicação com brasileiros nos espaços de trabalho e de vida social, cultural e religiosa.

A metodologia aplicada consiste em reuniões semanais com duração de quatro horas por meio de oficinas interdisciplinares/transdisciplinares, envolvendo áreas temáticas de comunicação, cultura, direitos humanos, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e trabalho e todos os componentes da equipe. Nessas oficinas o espaço está sempre aberto para discussões, inovações e experimentação daquilo que foi vivenciado por cada participante no contexto cotidiano de trabalho ou de vivência social na comunidade onde vivem.

Esse trabalho ainda se encontra em andamento, portanto, aqui são apresentados os resultados preliminares dessas práticas. A partir das oficinas integradas já é possível observar que ocorreu integração entre o grupo de haitianos e que houve avanço no aprendizado e na competência comunicativa. Entre os resultados e as dificuldades de condução do trabalho, está o fato de haver uma migração contínua dessa população para o Brasil que a cada momento são integrados ao grupo. Apesar de haver uma continuidade no trabalho, a dinâmica consiste em acolher todos os que chegam, porém, mantêm-se a temática e as estratégias previamente preparadas para aplicação no grupo.

A dinâmica preparada para que sejam atendidas as necessidades imediatas tem tido resultados positivos, apesar de encontramos problemas com a chegada de novos membros ao grupo.

A partir dessas práticas também já temos resultados positivos quanto à colocação no mercado de trabalho, segundo depoimento dos próprios haitianos, a partir do desenvolvimento da competência comunicativa oral.

Para conhecer a característica de cada imigrante participante, está sendo feito um levantamento prévio, ainda em andamento sobre a origem desses imigrantes no Haiti, como condição social, econômica, nível de instrução, distribuição geográfica e ocupação. Ainda voltado para esta perspectiva, o levantamento tem como objetivo identificar o percurso desses imigrantes até chegarem ao Brasil. Dados preliminares indicam que grande parte do primeiro grupo que chegou ao Brasil entre 2011 e 2013 veio via República Dominicana, Panamá, Equador e Peru e a maioria do sexo masculino. No momento posterior, a partir de 2013, tem havido um fluxo direto sem passar pela República Dominicana, Panamá ou Equador, mas diretamente pelo Peru. A entrada para o Brasil se deu quase que totalmente por Brasileia – AC, apenas alguns casos específicos por Tabatinga – AM. O meio de transporte sempre aéreo até o Peru e a partir de lá e do Brasil, sempre terrestre.

Quanto ao fluxo migratório, tem sido observada a ocorrência de um maior número de mulheres em relação ao período anterior, porém ainda muito inferior ao de homens. Quanto ao estado civil, os dados apontam para a primeira etapa um maior número de homens casados que, empregados, enviam dinheiro para que as esposas no Haiti venham também para o Brasil. Quanto aos solteiros, a população é predominantemente masculina com idades entre 20 e 30 anos. Poucos dados foram encontrados sobre crianças, e nesse caso, elas já seriam as nascidas no Brasil, segundo informações obtidas com os próprios haitianos, os filhos da maioria permaneceram no Haiti devido às dificuldades financeiras para custear a viagem para

o Brasil.

No estudo em andamento pode ser observado que há um grande fluxo migratório para Distrito Federal no entanto a permanência destes haitianos é bastante instável e oscilante, uma vez que a instalação definitiva, depende da alocação de empregos.

Como conclusão do trabalho, a prática dessas oficinas com temas transversais tem contribuído para a inserção de imigrantes do Haiti à cultura brasileira já com algum domínio da língua portuguesa. Concluímos também que o desenvolvimento dessas oficinas na localidade onde residem, o contexto de imersão e a vontade de adquirir emprego ou, melhor colocação no mercado de trabalho tem contribuído para o bom desempenho no aprendizado do português.

Bibliografia

ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes de e CUNHA, Maria Jandyra Cavalcanti. **Projetos iniciais**: em português para falantes de outras línguas. Brasília: EdUnB, Campinas: Pontes, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BULLINGER, M. et al Developing and evaluating cross-cultural instruments from minimum requirements to optimal models. **Quality of Life Research**, v. 2, 1993, p. 451-459.

CUNHA, Ana Paula da. “Refugiados ambientais”? **Refúgio, Migrações e Cidadania**. v.7, n. 7, 2012. p. 97-116.

ESCOBAR, Yesid Carvajal. Interdisciplinariedad: desafíos para la educación superior y la investigación. **Luna Azul**, n. 31, July/Dec, 2010. s.p.

FERNANDES, Duval; MILESI, Rosita; FARIAS, Andressa. Do Haiti para o Brasil: o novo fluxo migratório. **Refúgio, Migrações e Cidadania**. v. 6, n. 6, 2011. p. 73-97.

FORPROEX. Fórum Nacional de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Ilhéus: Editus, 2001. Coleção Extensão Universitária. v. 1.

FORPROEX. Fórum Nacional de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras. **Extensão universitária**: organização e sistematização. Belo Horizonte: Coopmed, 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. A transdisciplinaridade é possível em linguística aplicada? In: SIGNORINI, Inês e CAVALCANTI, Marilda C. **Linguística aplicada e transdisciplinaridade**. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Que gramática estudar na escola?** 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006

NICOLESCU, Basarab. **O manifesto da transdisciplinaridade**. São Paulo: Trion, 1999.

PAVIANI, Aldo. Geografia urbana do Distrito Federal: evolução e tendências. **Espaço & Geografia**, v.10, n. 1, 2007, p. 1-22.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI:** desenvolvimento e meio ambiente. 1. ed. São Paulo: Nobel, 1993.

SOUZA, E. et al. Desafios da gestão ambiental nos municípios. In: LITTLE, P. E. (org.) **Políticas Ambientais no Brasil:** análise, instrumentos e experiências. São Paulo: Peirópolis, 2003, p. 65-88.

UNHCR/ACNUR. **Direitos e deveres dos solicitantes de refúgio e refugiados no Brasil.** Brasília: ACNUR, s.d.